



## DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA FIÇÃO DE LYGIA FAGUNDES TELLES E RACHEL DE QUEIROZ\*

### DECRIMINALIZATION OF ABORTION IN THE FICTION OF LYGIA FAGUNDES TELLES AND RACHEL DE QUEIROZ

Daiane de Moura Rodrigues<sup>1</sup>  
Leandro Soares da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo explorar a criminalização do aborto no Brasil a partir dos romances *As três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz, e *As Meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles. Sendo necessário perceber como, nas décadas de 30 e 70, o controle reprodutivo dos corpos foi imposto às mulheres e de que maneira, esse jogo as condicionava em padrões de comportamentos espelhados pelas funções de gênero. Desse modo, o referencial teórico contemplou estudos da crítica literária feminista à luz da recepção de hoje, com abordagens desde as análises de Maria Betânia Ávila (2019), Wilza Vilela e Regina Barbosa (2011) a Leila Barsted (2019). Sendo assim, observa-se que, há algum tempo, mulheres escrevem narrativas sobre abortamentos e, também, registram as escrituras de uma época.

**Palavra-chave:** Literatura brasileira. Autoria de mulheres. Aborto. Descriminalização.

**Abstract:** This study aimed to explore the criminalization of abortion in Brazil based on the novels *As três Marias* (1939), by Rachel de Queiroz, and *As Meninas* (1973), by Lygia Fagundes Telles. It is necessary to understand how, in the 30s and 70s, reproductive control of bodies was imposed on women and how this game conditioned them in behavior patterns mirrored by gender roles. In this way, the theoretical framework included studies of feminist literary criticism in light of today's reception, with approaches ranging from the analyzes of Maria Betânia Ávila (2019), Wilza Vilela and Regina Barbosa (2011) to Leila Barsted (2019). Therefore, it is observed that, for some time, women have been writing narratives about abortions and also recording the scriptures of a time.

**Keyword:** Brazilian literature. Female authorship. Abortion. Decriminalization.

<sup>1</sup> Mestra em Letras, área de concentração Estudos Literários, Universidade do Estado da Bahia – campus X, Teixeira de Freitas. Professora de Língua Portuguesa da rede estadual da Bahia. ID Lattes: 5007006286918815. E-mail: daianemoura82@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4353-083X>.

<sup>2</sup> Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade do Estado da Bahia – UESB. Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Eunápolis – BA. ID Lattes: 2679256715349066. E-mail: leocapim@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3633-3870>.

\* Artigo recebido em 23 de novembro. Aceito para publicação em 22 de dezembro de 2023.

## Introdução

O objetivo deste artigo<sup>3</sup> é apresentar parte dos estudos que realizei no mestrado sobre a análise do aborto no Brasil, com fundamento na perspectiva ficcional do controle dos corpos femininos e da violência de gênero, ocasionada pela criminalização do aborto no país. Os romances, *As três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz e *As Meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, colaboraram para perceber como ocorreram as práticas de abortamento nas obras e de que maneira as leis penais e constitucionais eram aplicadas à época.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a prática de abortamento<sup>4</sup> ocorre quando há a interrupção voluntária ou involuntária da gravidez. Para a medicina, aborto é a interrupção da gravidez com até 20/22 semanas, ou em medida, quando o feto pesa até 500 gramas e mede até 16,5 cm. Existem três tipos de abortos: inseguro, espontâneo e induzido. No Brasil, o aborto é legalizado apenas em situações específicas, em caso de estupro, risco de morte para a grávida e anencefalia fetal – e, pode ser realizado via Sistema Único de Saúde (SUS), gratuitamente (Vilella e Barbosa, 2011).

Dentro do repertório legislativo, os dois romances foram estudados com o intuito de analisar de que maneira a prática do aborto adentrou a literatura brasileira. Foi constatado que as personagens Maria Augusta, do livro *As Três Marias* e, Ana Clara, em *As Meninas*, vivenciaram situações de abortos às escondidas. Por isso, as obras foram analisadas a datar das leis vigentes às décadas de 30 e 70, porém, visando compreender as penalidades e leis atuais a luz da recepção de 2023. Assim, analisamos duas personagens que detiveram a autoridade sobre a decisão de interromper a gravidez num contexto em que esta prática era proibida no Brasil.

À vista disso, foi preciso detalhar os enredos das obras, para que fosse possível caracterizar de acordo com as definições da época os casos de abortamento nos romances. No entorno dessas questões, percebe-se que, não há estudos acadêmicos que apontam semelhanças entre as obras no que diz respeito ao aborto, por exemplo. Portanto, esta pesquisa pode ser considerada inédita sobre esse debate comparativo.

Eurídice Figueiredo (2020), no livro *Por uma crítica feminista: leitura transversal de escritoras brasileiras* pontuou que na literatura de autoria de mulheres, esta pauta sobre a interrupção voluntária da gravidez, em narrativas ficcionais, até o século XX aparecia em algumas obras de maneira implícita ou direta, porém, de acordo a autora, também não temos registros confirmados de escritas autobiográficas de mulheres quanto a esta temática. Exceto, a carta autobiográfica da escritora

---

<sup>3</sup> Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Letras, defendida em outubro de 2023, teve como orientador o prof. Dr. Leandro Soares da Silva pelo PPGL/UNEB – campus X.

<sup>4</sup> “O processo que resulta no aborto chama-se abortamento” (Vilella e Barbosa, 2011, p. 11).

e jornalista brasileira, Patrícia Rehder Galvão, mais conhecida pelo pseudônimo de Pagu, que aos 14 anos, após uma decepção amorosa, realizou um aborto, “fato contado de maneira metonímica quando se refere à hemorragia que sofreu” (Figueiredo, 2020, p. 114).

No Brasil, as primeiras narrativas ficcionais sobre gravidez indesejada e aborto provocado foram feitas por autores homens, estes detiveram o controle de escrever sobre um assunto sensível às mulheres. O primeiro romance a abordar esse tema, foi a obra realista-naturalista, intitulada *Aborto*<sup>5</sup>, escrito em 1893 por Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914). Nele, tem-se a história de Maria Rodrigues (Maricota), filha de uma família burguesa, que se mudou com os pais, para o interior do Rio de Janeiro. Chegando a Niterói conheceu o primo Mário com quem se envolveu sexualmente. Desse namoro, resultou uma gravidez indesejada, que foi interrompida por aborto induzido.

Para Renata Vieira (2015) desde a sua publicação o romance causou polêmica, foi julgado de sensacionalista, de conteúdo pornográfico explícito e diziam que não atendia às normas do naturalismo “respeitável”. Vieira (2015) ainda reforçou que esta obra abalou o imaginário da época, porque corrompia os valores morais, ao dissociar a imagem da mulher e seu corpo do sexo reprodutivo.

O próximo autor a retratar a pauta do aborto foi o escritor cearense, José de Alencar (2002). Em *Lucíola* (1862), o autor apresentou a personagem Lúcia, uma mulher pobre que trabalhava como prostituta a fim de sobreviver. Quando Lúcia e Paulo se apaixonaram ela se afastou da prostituição, engravidou dele, sofreu um aborto espontâneo, mas se recusou a tomar o remédio para expelir o feto morto, o que a levou a ter uma infecção letal.

Com o romance *Amanhecer* (1938), Lúcia Miguel Pereira pode ser considerada – até este momento da pesquisa – a primeira mulher a escrever o tema do aborto provocado em um romance ficcional brasileiro. No enredo, a personagem Maria Aparecida, apresentou um discurso que podemos considerar favorável ao movimento pró-aborto:

Eu já tinha ouvido muitas vezes Sônia aludir a abortos provocados por suas amigas como se fosse coisa natural. E Antônio também defendia o que ele chamava de maternidade consciente. Por isso não me espantei, nem me escandalizei (Pereira, 1938, p. 117).

Em vista disso, vale destacar que o romance *Amanhecer* foi escrito um ano antes de Rachel de Queiroz publicar *As três Marias*. Considerando esta informação, pode-se afirmar que o Romance de 30, inaugurou no Brasil, narra-

5 “Figueiredo Pimentel e o romance *O aborto* (1893): uma história pouco conhecida do naturalismo no Brasil”. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/18482>. Acesso em 25, mai. 2023.

tivas de abortamentos escritas por mulheres. Por essa e tantas outras razões, a análise desse artigo partiu de produções literárias produzidas por duas escritoras que se propuseram escrever, em diferentes épocas, questões importantes para as mulheres brasileiras.

Conforme estudos de Daiane Rodrigues (2023) o aborto provocado e, portanto, não legalizado, pode também ser considerado uma forma de violência de gênero, pois reforça a desigualdade social e limita a autonomia feminina. “Negar o direito a decidir pelo seu próprio corpo e não oferecer condições adequadas e seguras para o direito abortivo fere a dignidade da mulher e licencia o controle dos seus corpos” (Rodrigues, 2023, p. 75). Essa violência simbólica demarca o silenciamento e a solidão das mulheres ao decidirem pelo abortamento e revela o que Pierre Bourdieu (2021) chamou de *dominação masculina*.

Levando em conta as pesquisas históricas sobre aborto no Brasil realizadas por Maria Betânia Ávila (2019), Leila Barsted (2019), Wilza Vilela e Regina Barbosa (2011), o artigo também observou as abordagens de Elódia Xavier (2021), Eurídice Figueiredo (2021) e Silvia Federici (2017). Essas leituras foram de suma importância para que as proposições fossem elaboradas baseadas no olhar da crítica literária feminista. Pois como afirmaram Wilza Vilela e Regina Barbosa (2011):

Para o feminismo, o direito ao aborto, as decisões sobre ter ou não ter filhos ao livre exercício da sexualidade são condições básicas para a igualdade entre mulheres e homens. A diferença entre direito ao uso sexual e reprodutivo do próprio corpo é a marca cultural fundamental das desigualdades de gênero (Vilela; Barbosa, 2011, p. 51).

Nesse trânsito de discursividade, Lygia Fagundes Telles, ao ser entrevistada pelo grupo editorial do Caderno de Literatura Brasileira (CLB), destacou: “sou a favor do aborto nessas causas extremas que já são definidas – estupro, deformações de feto, etc. Como espiritualista, só posso achar um crime quando o aborto é prescrito fora desses casos extremos” (Telles, 2002, p. 40). Durante a pesquisa, não foram localizados pronunciamentos de Rachel de Queiroz sobre a pauta do aborto.

Assim, as obras escolhidas representam narrativas que demarcaram a trajetória brasileira de mulheres, que viveram, respectivamente, na segunda metade do século XX. Desse modo, mais do que uma sucessiva combinação de coincidências narrativas, estas personagens exploraram questões pertinentes à condição da mulher na sociedade, refletiram as atribuições femininas, criticaram o sexismo, a objetificação da mulher moldada pelo meio social e mostraram que ao buscar entender seus lugares no mundo também lutaram pela emancipação feminina.

## Aborto e implicações históricas

Durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, em 1994, o conceito de saúde reprodutiva definido em 1988 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alterado para “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não de mera ausência de enfermidade ou doença, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo e suas funções e processos” (Nações Unidas, 1995, anexo, cap. VII, par. 7.2). Vê-se que, no papel, o bem-estar das mulheres está em primeiro lugar, porém, na prática, não ocorre de igual maneira.

A feminista italiana Silvia Federici (2017) reforça que, a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação é um fenômeno importante e necessita ser analisado por duas vias: primeiro por seus efeitos sobre as mulheres e, segundo, por suas consequências na organização capitalista do trabalho. Por exemplo, quando as mulheres recorrem ao aborto inseguro, o bem-estar delas não é levado em consideração. O aborto clandestino é considerado um sério problema de saúde pública em todo o mundo, por estar associado a graves consequências para a saúde das mulheres, podendo, inclusive, provocar a morte (Vilela; Barbosa, 2011).

No Brasil, na época colonial, seguiam-se preceitos cristãos ditados por Portugal. Um deles era o controle reprodutivo dos corpos femininos. De acordo com o código Penal do Império, de 1830, a interrupção voluntária da gravidez era considerada crime tanto em Portugal como no Brasil. Porém, havia uma ressalva, a gestante poderia abortar – sem penalidades – caso realizasse o procedimento sozinha, entretanto, se tivesse ajuda de terceiros, com ou sem o consentimento da grávida, a punição acontecia. Mas, se fosse para ocultar a desonra, o aborto praticado pela própria gestante tinha sua pena atenuada. Essa lei vigorou durante o período republicano, assegurada pelo Código Penal da República de 1890 (Priore, 2004).

Somente quando a Nova Constituição Federal, em 1987, começou a ser discutida é que este quadro voltou à cena política. A partir de uma Assembleia Constituinte, em que, feministas, reivindicaram a defesa do aborto como direito das mulheres à saúde. Entretanto, nesse mesmo tempo, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) indicou ao conselho decisório da Nova Constituição que, fosse garantida a proteção do direito à vida desde a concepção (Emmerick, 2008). Sendo assim, Leila Linhares Barsted (2019, p. 205) afirma “é inegável o poder da Igreja Católica diante de um Estado que não assume a sua laicidade”. Por esta mesma razão, Maria Betânia Ávila afirmou que,

A Igreja Católica tem historicamente interferido nos assuntos ligados à reprodução e à sexualidade, tendo como princípio a relação sexual para a procriação. A instituição não admite comportamento diferenciado da sua

norma, mesmo para aquelas pessoas que não comungam da sua doutrina e/ou não querem se submeter a sua lei como prerrogativa fundamental da liberdade de credo garantida constitucionalmente (Ávila, 2019, p. 172).

Portanto, percebe-se que, estes obstáculos precedem a escrita dos dois romances aqui estudados e continuam após eles. Entende-se que a luta pela descriminalização do aborto passa por grandes entraves e por implicações controladoristas, religiosas, sociais e políticas que dificultam os avanços. Leila Barsted (2019) mencionou em seus estudos que,

No Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira evitava posicionar-se oficialmente em relação ao aborto – para não ter problemas com a Igreja Católica, grande aliada na luta contra a repressão – e em relação ao planejamento familiar – para não entrar em divergências com a esquerda –, apesar de muitas de suas associadas terem posições abertas a respeito de ambas as questões (Barsted, 2019, p. 185).

Em 1940, o aborto foi permitido por lei perante o artigo, 128 do Decreto Lei n.º 2.848, de 07 de Dezembro e, nesse mesma legislação, também foi considerado crime, previsto nos artigos 124 a 126 do Código Penal. Vale ressaltar que, na década de 40, “ainda não existiam os modernos exames pré-natais que possibilitam aferir com grande precisão a existência de anomalias fetais graves que inviabilizam a vida plena do nascituro” (Barsted, 2019, p. 180 e 181).

Vale ressaltar, mesmo nessas condições de legalidade, mulheres e adolescentes em situações de estupro sofriam represálias, foram e são estigmatizadas em todos os setores da sociedade até hoje (Rodrigues, 2023). Dessa maneira, pretendeu-se com esse estudo, entender como os romances analisados, evidenciaram práticas de aborto em contexto clandestino e, de que maneira, estas narrativas apresentaram consequências e desfechos na vida das personagens.

### **Guta: roda gigante, chá amargo e fumegante**

Ambientado em Fortaleza, Ceará, em 1939, o romance *As três Marias*, é o quarto livro da escritora Rachel de Queiroz (1910-2003). A obra é narrada em terceira pessoa por uma das protagonistas, Maria Augusta, apelido Guta, cujo relato perpassou desde a adolescência, aos 12 anos, quando foi enviada a um colégio de freiras e lá conheceu Maria José e Maria da Glória. As três tornaram-se amigas e cúmplices. Após o término dos estudos, cada uma teve um destino diferente. Maria da Glória se casou, teve filhos, mas parecia infeliz, Maria José, abandonou seus sonhos, não se casou, tornou-se professora e viveu reclusa a vida religiosa e a cuidar dos irmãos e da mãe.

Por outro lado, Maria Augusta, não aceitou adentrar as normas e buscou trilhar outros caminhos, saiu de casa, foi tentar a vida na capital, viveu amores e sexo antes do casamento, mas também foi assediada e enganada, passou por um aborto e ao final, retornou solitária para casa dos pais. Essas três mulheres viveram a transição das engrenagens patriarcais da década de 30, como muitas mulheres dessa época, acreditavam que ao se rebelar provocavam tudo de negativo que lhes aconteciam. Por isso, Elódia Xavier (1998) reforçou “as mulheres fictícias de Rachel recusaram o destino imposto às mulheres pela sociedade” (Xavier, 1998, p. 39).

Vale lembrar, Guta passou parte de sua adolescência no internato e, quando começou a vida adulta, se defrontou com o mundo cheio de oportunidades. Primeiro, conheceu Raul, pintor, homem mais velho e casado, se apaixonou, mas o relacionamento era abusivo e durou pouco, ele só a queria como amante. Após um tempo, Guta percebeu que seu amigo, Aluísio, gostava dela, mas era tarde, ele cometeu suicídio, e o peso da culpa recaiu sobre a mesma.

Já adulta, Maria Augusta, foi morar não era na capital, Rio de Janeiro, lá conheceu o estudante de medicina estrangeiro, Issac, e os dois se envolveram amorosamente. Guta se entregou intensamente. Teve sua primeira relação sexual com Issac. Logo após, o questionou: “e... você já pensou... se eu tiver um filho?/Ele me beijou primeiro, me sufocou quase, depois se alongou de novo e riu, olhando as estrelas: – Havia de ser um garoto extraordinário!” (Queiroz, 2017, p. 169). Issac respondeu sem sequer se preocupar com a condição social que tudo isso implicava naquele contexto.

O relacionamento durou pouco tempo. Maria Augusta precisou voltar ao emprego de datilógrafa, em Fortaleza, e, Issac, por estar em situação ilegal, foi embora do país. Essa intensa união resultou numa gravidez não planejada. Grávida, sem namorado, sem promessa de casamento. Desesperada, começou a pensar em várias possibilidades negativas e comparou sua situação a da colega Jandira, do Colégio Interno: “e prendia-me também o pensamento desse filho que talvez se esteja criando dentro de mim, e que pode, por desgraça, ser cego também e cantar, e ser triste e infeliz como aquele” (Queiroz, 2017, p. 179). Sem anunciar sua condição a ninguém, precisou voltar a Fortaleza, pois venceu o tempo de suas férias.

Maria Augusta relatou que ao passear com Maria José no parque de diversões sentiu-se indisposta, com dores vagas, tontura, mal-estar. A própria questionou se tinha alguma intenção secreta quando se deixou arrastar-se por Maria José ao parque (Queiroz, 2017). Disfarçou os sintomas e imergiu na diversão. Em cada brinquedo sentia dores. Na roda-gigante, sentiu vertigem, no automóvel de autopista, “a cada pancada sentia qualquer coisa me fazer mal lá dentro, uma coisa pesada e penetrante” (Queiroz, 2017, p. 191). Rodopiou loucamente no chicote e continuava fechando apenas os olhos. Sua preocupação e desespero eram tão grandes que ao

ouvir um bêbado gritar “isto é um crime”, achou que fosse uma indireta a ela. Mas pensou: “Crime? Não era crime” (Queiroz, 2017, p. 191). A história no parque terminou com Guta afirmando que o pobre pequenino foi embora para sempre.

A narração a seguir comunicou os momentos depois da ocorrência do aborto: “Adoeci. Tive febre, delírio, dores terríveis. É Dona Júlia quem me trata, que me põe o saco de gelo sobre o vento, quem me dá o chá amargo e fumegante, quem me troca a roupa de cama de vez em quando” (Queiroz, 2017, p. 190). Com esse depoimento, ficou perceptível que passou por um aborto a partir dos sintomas clínicos que a personagem apresentou e do chá forte que tomou. O termo aborto em nenhum momento foi citado na narrativa. Maria Augusta, aos cuidados da mãe de Maria José, acreditou que ela tenha compreendido tudo, não precisou se explicar:

Por isso não chamou o médico. Por isso afastou Maria José do quarto e se instalou ao meu lado, silenciosa e vigilante. No dia das grandes dores, quando eu me agarrava nos seus braços, desvairada, e gemia, e pedia a morte, ela me dizia, tristemente:

– Minha filhinha, minha filhinha, que é que você andou fazendo?

Mas foi sua única recriminação. Nunca mais perguntou nada nem fez censuras (Queiroz, 2017, p. 191).

Dessa maneira, percebe-se que, na narrativa de Rachel de Queiroz, a descrição do aborto foi subentendida, provavelmente, por ser considerado crime qualquer tipo de abortamento na década de 30, uma vez que era aplicada a lei corrente do Código Penal da República. Devido ao medo do preconceito social e do estigma da marginalização da mulher que aborta, Guta escondeu a gravidez e o abortamento da sociedade. Vê-se nessa obra, uma jovem mulher, da década de 30, que sofreu as punições do sistema e das leis que não a protegeram.

### **“Vai mal a Ana Turva!”: dopada, traumatizada e morta**

Em *As Meninas*, trinta anos após a publicação de *As três Marias*, tem-se alguns avanços e uma maior liberdade para as mulheres. Escrito em 1973, por Lygia Fagundes Telles (1923– 2022), o romance apresenta a narrativa de três amigas que se conheceram em um Pensionato de Freiras, na capital São Paulo, em pleno período da Ditadura Militar. Neste romance, o foco narrativo oscila, ora em primeira, ora em terceira pessoa, o que confere ao livro uma alternância de vozes que perpassa as acadêmicas: Lorena, Lia e Ana Clara. As personagens são estudantes universitárias, que transitaram livres pela cidade e pelo Pensionato. Lorena foi questionadora e sonhadora, apaixonada por um homem casado e vivia devaneando a espera desse amor. Lia era militante-comunista, estava envolvida com movimentos revolucionários e planejava ir embora do país com o namorado,

preso-político. Ana Clara, estudante de Psicologia, modelo fotográfica, foi abusada sexualmente na infância, devido a esse trauma toda a sua existência foi atravessada por problemáticas que culminaram em escolhas difíceis e relacionamentos tóxicos. Envolveu-se com vários homens e deixava a entender que também se prostituía, teve um namorado usuário de drogas, Max, inserindo-a no vício, outro era o amante rico, o “Escamoso”, apelido que dava a esse noivo e remetia a repulsa, nojo, praticou alguns abortos induzidos e, seu fim foi uma morte trágica, provavelmente, ocasionada por uma overdose.

Dito isto, é fato considerar Ana Clara a personagem mais complexa analisada nas obras em estudo. As várias camadas de traumas e abusos identificadas nos comportamentos de Ana costuraram seu perfil de personagem. Ela era tida pelos homens como mero objeto, acreditava que sua beleza iria promovê-la e entrava nos jogos de sedução, mas sempre saía perdendo, por isso, não se entendia como vítima.

Vivenciou abusos físicos, sexuais e psicológicos. Entre as suas muitas lembranças, se recordou de como seu pai se dirigia a ela e de como tratava sua mãe: “Estou com fome gritava quebrando minha mãe e os móveis porque o jantar não estava pronto e o que aquelas vagabundas de mãe e filha estavam pensando da vida. Lugar de puta é na rua ele gritava” (Telles, 2009, p. 42). Em outra ocasião, contou a história de como sua mãe, Judite, não teve um final feliz: foi espancada por outro companheiro, abortou o filho que esperava e logo depois, cometeu suicídio. Ana Clara narrou a freira do Pensionato, como sua mãe faleceu:

Madre Alix, não quero mentir agora. Agora não. Não tive pena nem nada quando ela veio me dizer que tinha de tirar mais um filho porque o Sérgio não queria nem saber, nesse tempo era o Sérgio. “Não quero nem saber”, ele disse dando-lhe um bom pontapé. Uivou de desgosto o dia inteiro e nessa noite mesmo tomou formicida. Morreu mais encolhidinha do que uma formiga, nunca pensei que ela fosse assim pequena. [...]. Não interessa. “Ele matou seu irmãozinho”, ela choramingou apertando a barrigona (Telles, 2009, p. 86).

Vale lembrar que os abusos psicológicos são violências de gênero que oportunizam o silenciamento. Judite Conceição, mãe de Ana, não apareceu de corpo presente no enredo, somente nas lembranças confusas da filha. Sua mãe sofreu abusos sexuais, se envolveu com vários homens, abortou várias vezes, não se casou, teve problemas com alcoolismo e Ana sequer soube quem era o seu pai. “Fazia amorzinho até em terreno baldio isso ela sabia fazer, mas agarrar um daqueles vagabundos pelo cabelo e levar ao registro, vamos você é o pai dela dê aí seu nome que você é o pai. Porque morreu vou ficar sentimental?” (Telles, 2009, p. 84). Passou por uma infância difícil, com restrições e carregou o seu maior trauma: o estupro e os abusos sofridos no consultório do dentista. Por ser modelo fotográfica era elogiada por sua

beleza “padrão-modelo”, gastava todo dinheiro que ganhava com luxos e drogas, e quando faltava grana recorria à Lorena que sempre a ajudava (Rodrigues, 2023).

Conforme Eurídice Figueiredo (2021), uma das características do trauma é a repetição da lembrança, associada à dificuldade em narrar de maneira linear os fatos ocorridos. Quando Ana Clara descobriu a gravidez indesejada teve um diálogo confuso, marcado por um fluxo de consciência profundo que envolvia Max e sua projeção em ser a própria Lorena, disse:

Então vem cá Aninha que meu irmão é ginecologista ele te examina vamos lá imediatamente vamos meu bem abra as perninhas um pouco mais sim? Agora relaxa bem boazinha. Pronto, não foi rápido? Pode botar a calcinha que você é a mais linda noivinha prena que meu irmãozinho podia arrumar. A Lorena está doente. É a Lorena que teve que fazer um aborto. “Aborto? Mas que raça de amigas vagabundas são essas?” Vagabunda é a irmãzinha. Lorena é rica antiga (Telles, 2009, p. 178).

Entre delírios e confabulações, Ana Clara, imaginada em Lorena, se questionava, inconscientemente, sobre suas próprias ações. Para Elódia Xavier (2021, p. 164) “o corpo degradado de Ana Clara é o resultado de uma total crise de valores, reflexo de uma infância sofrida e miserável”. Por sua vez, Cristovão Tezza no pós-fácio do livro *As Meninas*, comentou que, “Ana Clara, a terceira peça do jogo, a que não se encaixa em nada e que de fato se entrega ao sexo e às drogas, e é sua vítima simbólica, num presságio” (Tezza apud Telles, 2009, p. 292).

Segundo Leila Linhares Barsted (2019) “a questão do aborto no Brasil surge no bojo de um movimento social cuja história se inicia no interior de uma sociedade marcada pela experiência de extrema repressão da ditadura militar” (Barsted, 2019, p. 179). Desse modo, apesar de não existir um avanço significativo para a pauta da descriminalização nos anos de 1970 e o contexto político não favorecer, tem-se, Lygia Fagundes Telles, abordando a temática e falando mais abertamente. Ana Clara deixou entender que realizou mais de um aborto:

– Ana Clara está grávida outra vez?  
– Do noivo?  
– Antes fosse. Mas com o noivo é tudo platônico, grávida do Max, o outro. Tem que fazer depressa o aborto e depois a plástica na zona azul, já pensou? Anda péssima, a coitadinha. Até heroína, Lião. Vi as marcas (Telles, 2009, p. 165 e 166).

Ao anunciar, ansiosa, para o namorado, que estava grávida, Ana Clara, compartilhou situação quase semelhante à de Maria Augusta quando contou a Issac. Max, bêbado e um pouco fora de si, recebeu a notícia sem preocupação e até com certa alegria:

- Acho que estou grávida, está me ouvindo? Grávida;
- Ahn?
- Ela encostou a boca no ouvido dele: Grávida grávida grávida.
- Ele arqueou as sobrancelhas inocentes. Metade do uísque que tinha no copo escorreu-lhe pelo peito. Pousou o copo no chão e inclinou-se sobre ela. Procurou-lhe as mão debaixo do lençol. Estavam fortemente fechadas. Abriu-as devagar e beijou a palma de uma mão. Beijou a outra.
- Vamos ter esse filho, Coelha. Vamos deixar ele nascer, vamos ficar bem alegres e ele nasce alegre [...] (Telles, 2009, p. 53).

Apesar de Max ser um homem fora das suas condições mentais lícitas, pois vivia sob os efeitos das drogas, parecia alheia a ele a responsabilidade do gestar. Nos dois exemplos citados, tanto um quanto o outro, receberam a notícia da gravidez como algo normal e ignoraram que naquele contexto uma mulher não casada e grávida passava por inúmeras situações que o gênero masculino não vivenciou.

Como explicou Heleieth Saffioti (2015, p. 140) “a submissão das mulheres na sociedade civil assegura o reconhecimento do direito patriarcal dos homens”. A ausência de responsabilidade e impunidade isenta o homem do peso vexatório e criminal da prática abortiva no Brasil, o que se pode considerar uma violência de gênero praticada, comumente, pelo patriarcado. Logo, entende-se que as mulheres abortam sozinhas, seja na década de 30 ou 70 e mesmo atualmente.

Como tantas outras mulheres, Ana Clara decidiu sozinha, sem um companheiro a lhe apoiar, sem um noivo, sem suporte do amante, que vivia drogado, fora de si, sem dinheiro. Sua escolha foi movida pela sobrevivência, pelas aparências sociais, pelas cobranças que cercavam uma jovem mulher universitária e com um futuro “promissor” pela frente:

Ana Clara distendeu as pernas. Deslizou pelo corpo nu as mãos abertas. Fechou-as na altura do ventre e golpeou-o com fúria. O olhar intenso se fixou no púbis. Deixou tombar sobre ele a mão fechada num último murro enfraquecido. Mais despesa. Mais chateação. “Engravidar de um duro desses. E agora dorme como um anjo. Pois agora não dorme” (Telles, 2009, p. 97).

Abalada com todos os acontecimentos, alcoolizada e drogada nas ruas paulistas, encontrou um homem mais velho, chamado Valdomiro que a assediou e a levou para sua casa. Lá bebeu ainda mais, quando estava quase inconsciente ele a abusou sexualmente. Tarde da noite, Ana chegou ao quarto de Lorena, suja, cheia de hematomas roxos pelo corpo, com alucinações que envolviam barata, formiga e outras confusões: “Ana, Aninha, você está me ouvindo? Ana volta. Volta Ana, obedece, eu sei que você ainda está aí, eu sei que está. Vamos volta” (Telles, 2009, p. 261). Lorena cuidou dela com afeto, tirou sua roupa, deu-lhe banho. Lia, apareceu a seguir e se deparou com a situação: Ana Clara estava morta.

No momento em que Lia chegou à cena, Lorena estava em cima de Ana ainda tentando massagear seu peito na tentativa de salvá-la. Pensaram em chamar o pronto-socorro ou as freiras, mas desistiram, pois Lia estava em fuga, precisava ir embora antes do amanhecer e a polícia poderia aparecer. Então, Lorena, para evitar problemas com a polícia e manter a boa aparência do Pensionato, planejou junto com Lia a simulação da morte de Ana: maquiaram-na com sombra verde, vestiram um lindo vestido, passaram perfume, calçaram os sapatos e a deixaram numa praça.

Dessa maneira, Ana Clara tem o mesmo final trágico de sua mãe. Pode-se dizer, então, que Ana foi o duplo espelhamento da mãe na obra. Vítimas da exploração sexual, da violência de gênero e do controle da reprodução ambas sofreram com a ausência da seguridade e da dignidade humana que as leis de proteção à época não asseguravam e, que, hoje, também não asseguram.

### Considerações Finais

O aborto precisa ser entendido como uma questão de saúde pública, sua proibição viola os direitos e a liberdade das mulheres. Compreende-se que, ao criminalizá-lo, essa sanção se torna crime de violência contra as mulheres. Posto isto, a legislação necessita ser alterada levando em conta pesquisas científicas confiáveis que comprovam a eficácia da descriminalização, bem como fazer valer a decisão judicial favorável a não criminalização.

A escritora Elódia Xavier (2021) estudou os corpos ficcionais das mulheres na literatura brasileira e um dos corpos que abordou foi o *corpo caluniado*. Corpo este que, através das infâmias e injúrias sociais, vê-se impossibilitado de reagir, de se defender. Sob a sombra das mentiras e calúnias incontestadas, essas mulheres muitas vezes não tinham escolhas e, sem possibilidade de defesa, apresentavam transtornos psicológicos e ficavam vulneráveis a abusos emocionais. Essa armadilha pode ser considerada um artifício da dominação masculina, que nas entrelinhas consegue se sustentar por meio da violência simbólica. Podemos entender também como *corpo caluniado* os corpos de mulheres que praticaram abortos, sejam induzidos ou espontâneos.

Rachel de Queiroz e Lygia Fagundes Telles sabiam explorar cada uma ao seu modo estas problemáticas de seus tempos. Nesses dois romances, foi visível compreender que a busca pela identidade feminina por intermédio da escrita teve elementos fortemente marcados com as pautas do movimento feminista da sociedade de 30 e 70. Por isso, “a postura feminista em relação ao aborto tem como base o respeito às mulheres e sua integridade física, psíquica, sexual e reprodutiva” (Vilela e Barbosa, 2011, p. 51).

Entende-se que, a imposição das normas restritivas à autonomia reprodutiva das mulheres, ganhou força ao longo dos séculos XIX e XX e começou a se modificar apenas na segunda metade desse último período (Vilela e Barbosa, 2011, p. 25). A pauta da descriminalização mediada pela ampla legalização ainda hoje é alvo de incontáveis críticas e o debate feminista lidera essa luta. Nos anos 1980 o debate sobre aborto e sexualidade colocou o corpo como tema da política e foram as feministas que trouxeram uma grande contribuição para a expansão dessa agenda (Ávila, 2019).

Assim, ao tempo que as mulheres são vítimas e sofrem com o controle da reprodução, também podem ser protagonistas nesses desfechos, porque afinal, são elas que deveriam decidir se mantém ou não uma gestação. Dessa forma, surgem mulheres na ficção que desejam decidir sobre seus corpos, lutam contra a violência, a opressão e buscam mudanças de vida. Essas protagonistas são escritas à mão da realidade, lutam por verdadeiras chances de conquistar políticas de igualdade que derrubem a disparidade de gênero, tentam romper com a exploração e quebrar o ciclo de violência (Rodrigues, 2023).

Em meus estudos, ao abordar o aborto não legalizado como violência de gênero, foi necessário ater-se as análises feministas para compreender o papel do gênero nas esferas sociais e como ele interfere no corpo feminino e na criminalização, principalmente, contra as mulheres. Por isso, é necessário afirmar: se há proibição, há violência de gênero.

## Referências

ALENCAR, José Martiniano de. **Lucíola**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e Cidadania Reprodutiva. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista brasileiro: Formação e Contexto**. [et al]. Org. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 163– 176.

Barsted, Leila Linhares. Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista brasileiro: Formação e Contexto**. [et al]. Org. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 179– 211.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2021.

EMMERICK, Rulian. **Aborto, (Des)criminalização, direitos humanos e democracia**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: Da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019. 160 p. Tradução: Heci Regina Candida.

FIGUEIREDO **Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras.** Porto Alegre: Zouk, 2020.

RODRIGUES, Daiane de Moura. **Corpos femininos sob a insígnia da violência de gênero: As três Marias e As Meninas.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração: Estudos Literários. Universidade do Estado da Bahia, campus X – Teixeira de Freitas, 2023.

VILELA, Wilza Vieira; BARBOSA, Regina Maria. **Aborto, saúde e cidadania.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

NACIONES UNIDAS. **Informe de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo:** el Cairo, 5 a 13 de septiembre de 1994. Nueva York: Naciones Unidas, 1995. Disponível em [http://www.unfpa.org/upload/lib\\_pub\\_file/572\\_filename\\_finalreport\\_icpd\\_spa.pdf](http://www.unfpa.org/upload/lib_pub_file/572_filename_finalreport_icpd_spa.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Brasília: OMSVOPAS, 2002. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Amanhecer.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

QUEIROZ, Rachel. **As três Marias.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 2 ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TELLES, Lygia Fagundes. **As Meninas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TELLES, Lygia Fagundes. Inventário dos rastros. *In: Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 5. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

VIEIRA, Renata Ferreira. **Figueiredo Pimentel e o romance O aborto (1893):** uma história pouco conhecida do naturalismo no Brasil. (2015). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/18482>. Acesso em 25, maio, 2023.

VILELA, Wilza Vieira; BARBOSA, Regina Maria. **Aborto, saúde e cidadania.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.